Requerimento :: Requerimento de Urgência Especial: 423 / 2026

Autor: Ver. Matheus Cazarin

Requeiro à Mesa, ouvido o Douto Plenário, na forma regimental, com fundamento nas atribuições legais e regimentais desta Casa de Leis, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Gabriel Alves de Oliveira, Prefeito Municipal de Corumbá, solicitando que determine, por meio das secretarias e órgãos competentes, os estudos e do planejamento técnico, jurídico, administrativo, operacional e financeiro necessários à possível transformação da atual Guarda Municipal de Corumbá em Polícia Municipal, considerando a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2025 (PEC da Segurança Pública) pela Câmara dos Deputados, em 4 de março de 2026, e pelo Senado Federal, em 3 de novembro de 2026, após votação em dois turnos em ambas as Casas Legislativas, encontrando-se encaminhada à promulgação pelo Congresso Nacional. A proposta prevê mudanças na organização da segurança pública brasileira e contempla a possibilidade de criação das Polícias Municipais, observados os requisitos constitucionais e legais aplicáveis. Nesse sentido, é importante que o Município de Corumbá se antecipe às possíveis mudanças, iniciando o levantamento das condições atuais da Guarda Municipal e das providências necessárias para sua eventual adequação ao novo cenário jurídico e institucional. Nesse sentido, é importante que os estudos contemplem:

1. A análise jurídica da adequação da legislação municipal às disposições da PEC nº 18/2025;
2. O levantamento da estrutura atual da Guarda Municipal, incluindo efetivo, funções, equipamentos e condições de trabalho;
3. A avaliação do aproveitamento dos atuais servidores e das possíveis adequações na carreira;
4. A necessidade de capacitação, formação e qualificação profissional dos integrantes da instituição;
5. A estrutura operacional necessária para o funcionamento da futura Polícia Municipal;
6. A aquisição de equipamentos, viaturas, uniformes, tecnologias e demais recursos necessários;
7. A estimativa dos impactos financeiros decorrentes da possível transformação;
8. A análise da disponibilidade orçamentária e da compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Responsabilidade Fiscal;
9. A definição de estratégias de integração e cooperação com as demais forças

DOC: 1794848856

de segurança pública;

10. A elaboração de um planejamento com etapas, prazos e providências necessárias para uma eventual implantação.

JUSTIFICATIVA

A segurança pública é uma das principais demandas da sociedade e exige dos municípios planejamento, organização e fortalecimento das instituições responsáveis pela proteção da população e do patrimônio público. A aprovação da PEC nº 18/2025 representa um novo cenário para a participação dos municípios na estrutura da segurança pública brasileira, trazendo a possibilidade de criação das Polícias Municipais. Diante dessa perspectiva, torna-se importante que o Município de Corumbá se antecipe e inicie os estudos necessários, a fim de estar preparado para as adequações que poderão ser exigidas com a promulgação e regulamentação da proposta. A presente solicitação busca garantir que a Prefeitura não aguarde a conclusão de todas as etapas para somente então iniciar o planejamento, mas que possa desde já avaliar sua estrutura atual, identificar necessidades e organizar as medidas necessárias para uma possível transição institucional.

SALA DAS SESSÕES, 16 de Novembro de 2026

Matheus Cazarin
2º Secretário(a) - PSB